

Situação da comunidade LGBTQ+ é melhor em Portugal do que em Espanha e Itália



Foto Getty

Investigação inédita nos países da Europa do sul revela que as pessoas LGBTQ+ ganham mal, não são aceites pelos profissionais de saúde e só avançam para a parentalidade depois de muita ponderação. Coordenadora do estudo sublinha que situação em Portugal é a melhor entre os países da amostra

Texto Christiana Martins

“Epá, já que vou a Sesimbra vou falar com a minha mãe, quer dizer, é passagem de ano, eu tenho que assumir que sou fufa. Eu perguntei-lhe: ‘Queres que eu te explique tudo? Queres, eu explico-te, é já!’. Não quis. E eu disse-lhe: ‘Tu já alguma vez me perguntaste se eu estou bem, se não estou, o que é que se passa comigo e o que é que não se passa? Nós falamos ao telefone cinco minutos, eu venho cá a casa e não temos conversas nenhuma pessoais.” O testemunho de Alex, em Portugal, com idade compreendida entre os 40 e os 44 anos, uma mulher que vive uma relação lésbica há duas décadas e meia.

Esta é uma das 90 histórias incluídas num estudo inédito agora revelado e que se referem a um grupo cada vez mais visível na sociedade: a comunidade LGBTQ+. São qualificados/as mas mal remunerados/as; não são bem aceites/as pelas famílias de origem; nem por muitos profissionais de saúde; ainda sofrem os impactos da falta de aceitação social. Mas resistem e constroem os seus ninhos e espaços de recuo. São

representantes das comunidades LGBTQ+ de Portugal, Espanha e Itália e aceitaram participar do projeto Intimate, sobre a cidadania, cuidado e escolha nos países da Europa do Sul.

Um dos principais resultados do estudo aponta que um terço das pessoas entrevistadas revela terem sofrido “um corte com a família de origem decorrente de uma má reação à orientação sexual e/ou e/ou identidade de género”. O estudo reporta casos de expulsão da casa parental, todos em Portugal e Espanha.

Financiado pelo European Research Council com 1,4 milhões de euros, o projeto arrancou em 2014 e foi desenvolvido pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, por uma equipa de seis investigadoreas/es, coordenada pela portuguesa Ana Cristina Santos. No âmbito do projeto foram realizados sete estudos comparativos, que envolveram a recomposição de 90 histórias de vida em Portugal, Espanha e Itália. Para complementar a investigação foram entrevistados 72 especialistas nesta área nos três países.



Foto Getty

“Faltavam quatro ou cinco horas para o nosso comboio e tava a chover torrencialmente e então a minha amiga diz-me ‘ah, vamos ver lojas outra vez, pode ser que aqui sejam diferentes’. ‘Ó pode ser, vamos’. E lá fomos e às tantas vimos um vestido amarelo lindíssimo e ela diz ‘epá, este amarelo devia ficar-te espetacularmente bem, queres experimentar?’ e eu ‘por acaso acho que me ficava bem, vamos lá’, e dirigi-me ao provador e a senhora diz-me ‘desculpe, mas só pode entrar a pessoa que vai experimentar’ e eu disse ‘sim, sou eu’, e a pessoa ficou assim a olhar, tipo, a franzir o nariz e eu ‘não acha que me fica bem a cor? se preferir, posso ir escolher outra’ e ela ‘ah, não, faça o favor, podem entrar as duas’ [risos]”. O depoimento é de Margarida, mulher transexual (identificação de género distinta do que lhe foi atribuído à nascença), com uma orientação

de género pansexual (não se interessa apenas por homens ou mulheres), entre os 30 e 34 anos, também em Portugal.

A investigação abordou questões como a “intimidade além da conjugalidade”, em que se percebe que para estas pessoas “a vida íntima não se circunscreve ao casal nem à família biológica” e que “há muitas formas de viver a intimidade do quotidiano, envolvendo uma rede alargada de relações de proximidade e bem-estar, que incluem ex-companheiras/os, amigas/os ou vizinhas/os”. Ou seja, numa antecipação dos resultados finais a que o Expresso teve acesso, fica evidente que “a chamada família de escolha – composta pelas pessoas que escolhemos ter no nosso ciclo mais íntimo – é tão ou mais importante na gestão da vida quotidiana do que a família biológica”.

Assim, a amizade surge como a fonte de membros da “família de escolha”, o grupo onde as pessoas LGBTQ+ encontram os principais apoios materiais e emocionais. A equipa do Intimate fala mesmo que “num contexto de retração ou ausência do Estado-Providência, podemos mesmo falar em Amizade-Providência”. São pessoas que vivem com pessoas amigas, “em contextos de forte precariedade e gentrificação que inviabiliza a possibilidade de viver só ou em casa própria”. E viver com amigas/os é um recurso comum, que, segundo o estudo, permite a estas pessoas saírem da casa parental “em contextos de típica emancipação tardia como sucede na Europa do sul”.

Nas situações de doença ou desemprego será esta rede alternativa que os/as vai ajudar. Quem estará lá não serão os familiares biológicos, mas os amigos/as. É por isso que o relatório aproveita para recomendar que “as políticas para a igualdade e cidadania devem proteger a amizade a par do reconhecimento de outros laços relacionais do parentesco”.



Foto Getty

Mal pagos/as

Mais de um terço das pessoas ouvidas no âmbito da investigação tinha um salário líquido inferior a 999 euros, apesar de mais de dois terços dos inquiridos/as terem formação universitária (licenciatura, mestrado e doutoramento). As situações laborais são sobretudo de elevada precariedade, apenas um terço tem emprego a tempo inteiro, levando à necessidade de avançarem para a criação do autoemprego, muitas vezes uma forma de trabalharem em casa. “São situações de grande isolamento, sem socialização e consequência da homofobia e da transfobia”, sublinha Ana Cristina Santos.

Associada à precariedade laboral, percebeu-se que muitas destas pessoas ainda vivem na casa parental. Muitas vestem-se com roupas adequadas ao sexo de nascimento na casa dos pais e, quando saem, assumem a sua orientação sexual.

O projeto revela ainda que a parentalidade destas pessoas é vivida como “um projeto coletivo e partilhado”, que extravasa o contexto estrito da conjugalidade heterossexual típica, envolvendo uma ideia de família alargada, que acolhe também, amigas/os, ex-companheiros/as ou atuais companheiros/as de ex-companheiros/as.

E serão as crianças fruto desta parentalidade sempre intencional e muito bem informada e preparada, planeada e negociada, capazes de reaproximar estas pessoas das famílias biológicas de origem.

A investigação acaba por dizer ainda que “a sigla LGBT já se revela curta face à enorme diversidade de experiências” e que “categorias como pansexual, não binário ou queer estão a entrar no léxico quotidiano”, notando-se “uma forte consciência do direito à autoderminação e à autodefinição”.

Como balanço do estudo que começou há quatro anos, a coordenadora Ana Cristina Santos diz que a situação em Portugal atualmente é mais favorável do que a que se vive em Espanha ou na Itália, afirmando mesmo que este momento deveria ser aproveitado para a divulgação de uma atitude pedagógica quanto a estas pessoas, que pode passar, por exemplo, pela revisão dos manuais escolares, abrindo mais espaço às novas famílias. “Não basta que o país tenha leis avançadas, mas que as faça cumprir, dando-lhe aplicação de facto”, afirma a investigadora.

“Quando fui trocar o meu cartão de identificação [como exilada política], um polícia jovem chamou-me pelo meu nome, o que aparece na documentação, olhando assim para mim e eu disse-lhe, de propósito, ‘na próxima vez que apareça uma pessoa que tu vejas que é claramente uma mulher e que vejas o documento de homem, chama-lhe pelos apelidos. Senão sente-se muito feio e, por vezes, quando alguém está vulnerável ou traz as hormonas totalmente revoltadas e os sentimentos à flor da pele, então podes evitar situações violentas ou incómodas se chamas a essa pessoa pelo nome que aparece no papel, é melhor chamares pelo apelido’. E o rapaz, todo machista, cabrão, voltou a dizer-me: ‘Então, José, vemo-nos daqui a seis meses’.” A voz que se ouve nestas palavras é de Lola, entre os 30 e 34 anos, uma mulher transexual latina, cujo depoimento foi recolhido em Espanha.